

GILMAR FERREIRA MENDES
DAIANE NOGUEIRA DE LIRA
ALEXANDRE FREIRE
Coordenadores

CONSTITUIÇÃO,
DEMOCRACIA E DIÁLOGO

15 anos de Jurisdição Constitucional
do Ministro Dias Toffoli

Volume 2

2ª edição

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2025

©2025 Editora Fórum Ltda.

©2025 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Revisão: Aline Almeida, Bárbara Ferreira, Érico Barboza, Gabriela Sbeghen, Nathalia Campos, Patrícia Falcão, Pauliane Coelho

Capa e projeto gráfico: Walter Santos

Diagramação: Formato Editoração

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C758	Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de Jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli / Gilmar Ferreira Mendes, Daiane Nogueira de Lira, Alexandre Freire (coord). 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 1697p. 17x24cm v.2 ISBN impresso 978-65-5518-937-7 ISBN digital 978-65-5518-934-6 1. Direito constitucional. 2. Jurisdição constitucional. 3. Supremo Tribunal Federal. I. Mendes, Gilmar Ferreira. II. Lira, Daiane Nogueira de. III. Freire, Alexandre. IV. Título. CDD: 342 CDU: 342
------	---

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MENDES, Gilmar Ferreira; LIRA, Daiane Nogueira de; FREIRE, Alexandre (coord.). *Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de Jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 1697p. ISBN 978-65-5518-937-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Gilmar Ferreira Mendes	xxiii
-------------------------------------	-------

APRESENTAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Alexandre Freire	xxxi
--	------

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MAGISTRADOS SOB A PERSPECTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, FÁBIO LOPES VERAS	851
1 Introdução.....	851
2 A liberdade de expressão e seus contornos constitucionais.....	852
2.1 A liberdade de expressão na era digital	855
3 O Conselho Nacional e a liberdade de expressão dos magistrados.....	856
4 Conclusão.....	860
Referências	860

O BOMBEIRO-GERAL DA REPÚBLICA

JOEL SAMPAIO	863
---------------------------	-----

O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RECONHECIMENTO DO PODER GERAL DE CAUTELA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, MARIA ROSANGELA DE OLIVEIRA ANDRADE	867
1 Introdução.....	867
2 Conceito.....	867
3 Arcabouço legal.....	868
4 Ações implementadas pelo TCU	869
5 Decisões da Suprema Corte.....	871
6 Aprimoramentos normativos	875
7 Conclusão.....	879
Referências	879

A PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA PROCESSUAL: DESJUDICIALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO – O LEGADO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI

JORGE MESSIAS	883
1 Introdução.....	883
2 A eficiência processual pela desjudicialização: a resolução consensual na Administração Pública. O legado do Advogado-Geral da União (2007/2009) ..	884

3	A eficiência processual pela simplificação. O legado do Ministro e Presidente do STF (2018/2020) – 15 anos de jurisdição constitucional na Suprema Corte..	888
4	Conclusão.....	892
	Referências	892

A INSTITUIÇÃO DO JUIZ DE GARANTIAS NO BRASIL: LIÇÕES DO MINISTRO DIAS TOFFOLI SOBRE O SISTEMA ACUSATÓRIO E O DIREITO DE DEFESA

	JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA	895
	Introdução.....	895
1	A decisão do Ministro Dias Toffoli no recesso judiciário	896
2	O início do julgamento.....	897
3	O voto divergente do Ministro Dias Toffoli.....	898
4	A transformação político-cultural.....	901
5	Próximos passos.....	903
	Referências	905

O JULGAMENTO DO RE Nº 839.163/DF E A VISÃO ESTRATÉGICA DE DIAS TOFFOLI

	JOSÉ MUCIO MONTEIRO, RAFAELO ABRITTA	907
--	---	-----

DIAS TOFFOLI

	JOSÉ SARNEY	913
--	--------------------------	-----

A PERSPECTIVA DE GÊNERO, A PLENITUDE DE DEFESA E A ADPF Nº 779

	JOSÉ ALBERTO SIMONETTI, BÁRBARA CRATEÚS SANTOS	917
1	Introdução.....	917
2	A dignidade humana e a plenitude de defesa no Tribunal do Júri.....	919
2.1	Os fundamentos para inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra.....	920
2.2	A manutenção da plenitude da defesa no Tribunal do Júri	923
3	O paradigma da igualdade de gênero no Poder Judiciário.....	926
4	Considerações finais: por uma cultura jurídica antidiscriminatória.....	933
	Referências	934

A AFIRMAÇÃO DAS ESPECIFICIDADES DO DIREITO DO TRABALHO NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: APORTES TEÓRICOS A PARTIR DAS DECISÕES DO MINISTRO DIAS TOFFOLI

	LELIO BENTES CORRÊA, HELENA MARTINS DE CARVALHO	937
1	Introdução.....	937
2	O princípio da proteção como instrumento de democratização das relações entre trabalho humano e poder econômico	939
3	O contrato-realidade como fonte matriz da proteção social trabalhista.....	943
4	Considerações finais.....	947
	Referências	948

REALISMO JURÍDICO BRASILEIRO EM EVIDÊNCIA: LAVA JATO E A PRINCIPOLATRIA

LENIO LUIZ STRECK	951
Introdução.....	951
<i>Requiem</i> para a Lava Jato.....	951
Principlatria no direito brasileiro.....	957
Conclusão.....	962
Referências	963

RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS ELEIÇÕES E O APRIMORAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO

LÍLIA MARIA DA CUNHA FERNANDES	965
---	-----

REFLEXÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS POR FRAUDE À COTA DE GÊNERO

LUCIANA LÓSSIO	981
Introdução.....	981
1 Breve histórico da cota de gênero.....	982
2 Do combate às candidaturas fictícias, laranja ou fantasmas	983
3 Discussão sobre a responsabilidade dos dirigentes partidários por fraude à cota de gênero	988
Conclusões.....	992

TRIBUTAÇÃO DE *SOFTWARE* E AS ADI N^{OS} 1.945 E 5.659

LUCIANO FELÍCIO FUCK, ANTÔNIO AVELAR SINFRÔNIO, PEDRO MONTEIRO BOMFIM BELLO	995
1 Introdução.....	995
2 Histórico da tributação sobre operações com programas de computador (<i>software</i>).....	996
3 A evolução dos precedentes após julgamento das ADI n ^{OS} 1.945 e 5.659.....	1001
4 Considerações finais.....	1005
Referências	1006

CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO DIAS TOFFOLI PARA A FORMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

LUCILENE RODRIGUES SANTOS, EURO SABINO DE AZEVEDO	1009
Introdução.....	1009
1 Tributação e direitos reconhecidos como essenciais pela Constituição Federal	1010
2 Princípio da legalidade tributária: rumo a uma legalidade suficiente	1012
3 Imunidades tributárias e sua interpretação teleológica	1014
4 Conflitos de competências e as normas gerais de direito tributário	1015
5 O ICMS e a seletividade: construção teórica de critérios objetivos.....	1017
6 Entre direitos e deveres fundamentais: o caso do sigilo fiscal.....	1018
7 Multas tributárias e o princípio do não confisco: rumo à fixação de limites objetivos	1018
Referências	1020

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL NO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL: #100% ARES

LUCILENE RODRIGUES SANTOS, RAULINO PALHA DE MIRANDA	1023
Introdução.....	1023
1 Contextualizando o momento histórico e complexo do Brasil: entre desafios e oportunidades	1024
2 Do aprimoramento da gestão processual: juízo de admissibilidade recursal ...	1026
3 Do Projeto Juízo de Admissibilidade – um legado em eficiência na gestão de processos e inovação tecnológica	1027
3.1 Da modernização da estrutura organizacional	1028
3.2 Da inovação tecnológica e transformação.....	1028
3.3 Da interlocução com os tribunais de origem e da capacitação de servidores....	1030
3.4 Da atualização normativa e da desburocratização de regras negociais	1030
4 Dos resultados alcançados e do legado deixado: #100% ARE	1031
4.1 Da evolução e dos resultados alcançados: consolidação do projeto #100% ARE	1031
4.2 Do legado deixado pela presidência do Ministro Dias Toffoli	1034
Conclusão.....	1036
Referências	1037

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROPAGANDA ELEITORAL: O LEGADO DO
MINISTRO DIAS TOFFOLI NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

LUIS GUSTAVO MOTTA SEVERO DA SILVA	1039
I Introdução.....	1039
II A propaganda eleitoral como garantia fundamental: uma abordagem à luz dos pilares da Constituição de 1988.....	1040
III Análise de votos do Ministro Dias Toffoli em matéria de propaganda eleitoral no Tribunal Superior Eleitoral.....	1044
IV O papel do Ministro Dias Toffoli no debate sobre os limites à propaganda eleitoral negativa nas eleições de 2014.....	1046
V Conclusão.....	1049
Referências	1050

A INCONSTITUCIONALIDADE DA TESE DA LEGÍTIMA DEFESA DA
HONRA E O FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO ÀS MULHERES

LUÍS ROBERTO BARROSO	1053
Nota prévia	1053
I Introdução.....	1054
II A cultura de tolerância à violência contra a mulher e o combate à violência institucional	1055
III Aspectos jurídicos do voto do Ministro Dias Toffoli.....	1061
IV Conclusão.....	1063
Referências	1063

DIREITO AO ESQUECIMENTO E O PRECEDENTE DE RELATORIA DO
MINISTRO DIAS TOFFOLI

LUIS FELIPE SALOMÃO, MÔNICA DRUMOND	1065
1 Introdução.....	1065

2	A liberdade de informação como valor constitucional, mas não absoluto	1066
3	A relevância do conhecimento dos fatos para a história	1068
4	O legítimo resguardo do direito à intimidade.....	1070
5	Adequação (ou inadequação) do direito ao esquecimento ao ordenamento jurídico brasileiro	1072
6	Direito esquecimento no contexto digital	1077
7	Conclusão.....	1078
	Referências	1079

A PROVA DA AUTORIA NO JUÍZO CRIMINAL E SEUS EFEITOS NA RESPONSABILIDADE CIVIL

	LUIZ EDSON FACHIN, CARLOS EDUARDO LACERDA BAPTISTA.....	1081
	Nota prévia	1081
1	Introdução.....	1082
2	A responsabilidade civil e a responsabilidade criminal civil: semelhanças e distinções.....	1083
3	O princípio da independência das instâncias e seus possíveis efeitos	1085
4	Os efeitos do exame da prova de autoria realizado pelo juízo criminal na responsabilidade civil em razão da sentença penal absolutória.....	1087
5	Efeitos da sentença condenatória criminal definitiva para a responsabilidade civil.....	1092
6	Conclusão.....	1096
	Referências	1098

A GESTÃO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

	LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM.....	1101
	Introdução.....	1101
1	O Conselho Nacional de Justiça e a gestão Dias Toffoli 2018-2020	1102
2	Manutenção de projetos em andamento e otimização de políticas judiciárias .	1104
3	A modernização, as novas tecnologias, a transparência e a responsabilidade social	1105
4	Os principais números da gestão Dias Toffoli junto ao Conselho Nacional de Justiça – A jurimetria	1107
	Considerações finais.....	1108
	Referências	1109

A JUSTIÇA NA ERA DIGITAL

	LUIZ FUX.....	1111
	Introdução.....	1111
1	O fenômeno da digitalização no Poder Judiciário: panorama geral	1112
2	A inteligência artificial no Poder Judiciário.....	1115
3	A Justiça 4.0	1117
	Conclusão.....	1119
	Referências	1120

A ATUAÇÃO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI NO STF: 15 ANOS DE JURISDIÇÃO CRIATIVA E COERENTE

	LUIZ ALBERTO DOS SANTOS	1121
--	--------------------------------------	-------------

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O DIÁLOGO INSTITUCIONAL – BREVES CONSIDERAÇÕES

MARCELO VIEIRA DE CAMPOS, JULIANA PERANTON FERNANDES	1127
1 Introdução.....	1127
2 O papel do STF e o direito à efetivação das suas decisões por meio do diálogo institucional.....	1127
3 Casos relevantes.....	1131
3.1 Caso do Auxílio-Moradia dos Juizes (ACO nº 1.649; AO nº 1.773; AO nº 1.946; AO nº 1.776; AO nº 1.945; ACO nº 2.511).....	1131
3.2 ADPF nº 779 – Declaração de inconstitucionalidade e do uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres.....	1134
3.3 Inquérito das <i>Fake News</i>	1136
4 Conclusões.....	1138
Referências.....	1140

REFLEXÕES SOBRE A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA DIGITAL NO PROCESSO PENAL

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS, THIAGO DE LUCENA MOTTA	1145
1 Introdução.....	1145
2 Procedimentos de manuseio da prova digital.....	1146
3 Quebra da cadeia de custódia e ônus da prova.....	1151
4 Conclusão.....	1153
Referências.....	1154

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NA JURISDIÇÃO DE DIAS TOFFOLI

MARCELO NOBRE	1155
I Considerações iniciais.....	1155
II Os princípios da ampla defesa e do contraditório no devido processo legal	1156
III A decisão do Ministro Dias Toffoli na Reclamação nº 43.007	1158
IV Conclusão.....	1161

TEMPO E MEMÓRIA HISTÓRICA NOS 15 ANOS DO MINISTRO TOFFOLI NO STF

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES	1163
1 Considerações introdutórias	1163
2 O caso	1164
3 Relação entre Estado e Igreja	1165
4 Os registros paroquiais ou eclesiásticos propriamente ditos	1167
5 O Decreto nº 7.107, de 11.2.2010	1169
6 Os bens de valor histórico e cultural em discussão	1171
7 O deslinde do mérito.....	1172
8 Considerações finais.....	1173
Referências.....	1174

15 ANOS DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTRO DIAS TOFFOLI NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MARCO AURÉLIO PIANTELLA COSTA	1177
Um guardião do Estado Democrático de Direito.....	1177
A trajetória de Dias Toffoli	1177
Decisões judiciais marcantes.....	1177
Ficha Limpa (ADI nº 4.578)	1177
Prisão em segunda instância (ADCs nºs 43, 44 e 54)	1178
Proteção de dados pessoais (ADI nº 6.387)	1178
Fortalecimento das instituições democráticas	1178
Guardião das garantias fundamentais	1178
Compromisso com a ética e a transparência	1179
Modernização do Judiciário	1179
Desafios e decisões controversas	1179
Liminar e suspensão das investigações	1179
Entrevista ao jornal argentino <i>Clarín</i>	1179
Um tributo ao compromisso com a justiça.....	1179
Toffoli defende o STF como o novo poder moderador da República.....	1180
Um legado duradouro	1180

RESOLUÇÃO CNJ Nº 303: O ENFRENTAMENTO DA “QUESTÃO DOS PRECATÓRIOS”

MARCO ANTONIO INNOCENTI	1181
Introdução.....	1181
1 Guia de referência	1182
2 Cessão e compensação	1184
3 Histórico e perspectivas.....	1185
4 Direitos humanos, economia, integridade	1186
Conclusão.....	1188
Referências	1189

UMA ABORDAGEM DA JURISDIÇÃO CIDADÃ DO MINISTRO DIAS TOFFOLI

MARCOS MEIRA	1191
Introdução.....	1191
1 Anulação das provas obtidas nos sistemas da Odebrecht.....	1192
2 Inviolabilidade dos advogados no exercício da profissão.....	1193
3 Prisão após a segunda instância	1194
4 Violência de gênero	1195
5 Do juiz das garantias	1195
6 Inquérito das <i>fake news</i>	1197
Conclusão.....	1198
Referências	1199

ENTRE A PANDEMIA E AS PATENTES: O JULGAMENTO DA ADI 5529 NA RELATORIA DO MINISTRO DIAS TOFFOLI

MARCUS VINÍCIUS FURTADO COÊLHO	1201
---	------

A IRRETOCÁVEL CONTRIBUIÇÃO DO VOTO DO MIN. DIAS TOFFOLI POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO TEMA 962/STF DA REPERCUSSÃO GERAL PARA O APERFEIÇOAMENTO DA DINÂMICA DA TRIBUTAÇÃO DIRETA NO BRASIL

MARCUS LÍVIO GOMES	1205
Introdução	1205
1 Do RE 1.063.187: Tema 962 da repercussão geral.....	1206
1.1 Do caso concreto	1206
1.2 Da controvérsia	1206
1.3 Da conclusão do julgamento.....	1207
2 Do voto do Min. Dias Toffoli	1208
2.1 Inconstitucionalidade da incidência tributária e delimitação da controvérsia..	1208
2.2 Diferenciação entre danos emergentes e lucros cessantes: natureza dos juros de mora.....	1208
2.3 Natureza da taxa Selic.....	1211
2.4 Delimitação da materialidade do IRPJ e da CSLL	1212
3 Comentários panorâmicos ao voto.....	1213
3.1 Inovação na Jurisprudência.....	1213
3.2 Revisitação de precedentes em prol da segurança jurídica.....	1214
4 Perspectivas para o cenário tributário	1215
4.1 Conseqüências práticas da decisão.....	1215
4.2 Reflexões sobre o futuro da tributação de valores compensatórios.....	1215
4.3 Potenciais mudanças na legislação tributária.....	1216
5 Implicações do voto para o Direito Tributário	1217
5.1 Conseqüências práticas da decisão.....	1217
5.2 Reflexões sobre o futuro da tributação de valores compensatórios.....	1217
Conclusão: sinalização e diagnóstico para potenciais mudanças na legislação tributária	1218

AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ, O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA LIBERDADE RELIGIOSA E O DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA. UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE TRANSFUSÃO DE SANGUE E RECUSA A TRATAMENTO MÉDICO

MARIA CLAUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO	1219
Introdução.....	1219
O princípio da liberdade religiosa e a dicotomia crença <i>versus</i> culto	1223
A posição de médicos e hospitais.....	1236
Referências.....	1239

ADPF Nº 779: DECISÃO HISTÓRICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, MARCELO COSTENARO CAVALI, CARLA RAMOS MACEDO DO NASCIMENTO	1243
1 Uma singela homenagem a Dias Toffoli	1243
2 Femicídio: um flagelo nacional	1243
3 A ADPF nº 779.....	1245
3.1 A controvérsia trazida a julgamento.....	1245

3.2	Os fundamentos do voto do Min. Dias Toffoli.....	1247
4	A tese da “legítima defesa da honra” como reminiscência do patriarcado e do machismo	1247
5	A plenitude de defesa no Tribunal do Júri e a tese da “legítima defesa da honra”	1249
6	O recurso da acusação contra a absolvição fundada em quesito genérico	1251
7	Conclusão.....	1253
	Referências	1253

PRAGMATISMO, SEGURANÇA JURÍDICA E JUSTIÇA SOCIAL: O LEGADO INSTITUCIONAL DO MINISTRO DIAS TOFFOLI PARA O DIREITO DO TRABALHO EM QUATRO PRECEDENTES DE REPERCUSSÃO GERAL

	MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI, FÁBIO PORTELA LOPES DE ALMEIDA.....	1255
	Introdução.....	1255
1	Recepção do art. 384 da CLT (intervalo especial da mulher para a prestação de horas extraordinárias) pela Constituição de 1988.....	1257
2	Direito de servidores públicos ao salário mínimo (art. 7º, IV, da Constituição de 1988) na prestação de trabalho em jornada reduzida	1259
3	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação de indenização decorrente de danos sofridos em acidente de trabalho	1261
4	Competência para o processamento de ação ajuizada contra entidade de previdência privada com vistas a obter complementação de aposentadoria com base em parcelas vinculadas ao contrato de trabalho.....	1262
	Conclusão.....	1264
	Referências	1265

A LIBERDADE ECONÔMICA E A LIVRE-INICIATIVA NAS DECISÕES DO MINISTRO DIAS TOFFOLI

	MÁRIO AUGUSTO FIGUEIREDO DE LACERDA GUERREIRO.....	1267
1	Introdução.....	1267
2	Estudo de casos.....	1268
3	Considerações finais.....	1271
	Referências	1272

O DIREITO AO ESQUECIMENTO: EQUILÍBRIO ENTRE PRIVACIDADE E MEMÓRIA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF

	MESSOD AZULAY NETO	1275
	Introdução.....	1275
	Memória e esquecimento: perspectiva histórica	1276
	Direito de esquecimento – gênese e evolução	1278
	Recurso extraordinário nº 1010606/RJ.....	1279
	Conclusão.....	1282
	Referências	1285

A DEMOCRACIA E O MINISTRO DIAS TOFFOLI

	MICHEL TEMER.....	1287
--	--------------------------	------

MEMÓRIA VIVA: O DIREITO DE NÃO ESQUECER

MIGUEL MATOS	1291
Caso Aída Curi	1291
Manifestações	1292
Análise histórica e comparada	1293
Perspectiva sociológica e contemporânea	1294
Nomenclatura e elementos	1294
Direito ao esquecimento no Sistema Jurídico Nacional	1295
Era digital	1296
Liberdade de expressão	1297
Diálogo constitucional	1297
Caso concreto	1298
Conclusão	1298
Referências	1299

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO GRUPO ECONÔMICO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA: CONFORMAÇÃO E LIMITES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TST E DO STF

MORGANA DE ALMEIDA RICHA	1301
1 Introdução	1301
2 A desconsideração da personalidade jurídica do grupo econômico na execução trabalhista: dogmática e procedimentalidade	1303
3 Razões da edição e do cancelamento da Súmula 205 do TST	1311
4 Matéria afetada pelo STF: Tema 1.232 da Tabela de Repercussão Geral	1312
5 Considerações finais	1315
Referências	1316

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1.055.941 (TEMA 990) E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

NARA NISHIZAWA	1319
I Introdução	1319
II O sistema global de proteção à lavagem de dinheiro e o COAF	1323
III Ponto nodal da supervisão judicial: convergência entre inteligência e investigação penal	1326
IV Conclusão	1332
Referências	1335

CONTROLE FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO E AS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: O CASO DO MS 39.264/DF

NELSON GUSTAVO MESQUITA RIBEIRO ALVES, CAIO CASTAGINE MARINHO	1337
1 Introdução	1337
2 Poder Judiciário, sua missão de defesa dos direitos e garantias fundamentais e a exigência de autonomia da função jurisdicional	1339

3	Especificidade do CNJ e sua primazia no controle dos atos administrativos e financeiros do Poder Judiciário	1340
4	Unidade do Poder Judiciário e a abrangência das competências do CNJ e do TCU.....	1342
5	Subversão do papel institucional outorgado pela Constituição ao CNJ	1344
6	Conclusão.....	1345
	Referências	1346

A VALORIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA A REALIZAÇÃO DO PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A PARTIR DE DECISÕES DO MINISTRO DIAS TOFFOLI

	OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ	1347
I	Considerações iniciais.....	1347
II	Origem e evolução do cabimento da reclamação	1347
III	Decisões de valorização da medida	1352
IV	A reclamação enquanto instrumento para a realização do papel constitucional do Supremo Tribunal Federal	1355
	Referências	1356

PGBL: NATUREZA JURÍDICA, ESTRUTURA ATUARIAL E DIREITO SUCESSÓRIO

	OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR., CARLOS V. VON ADAMEK, RODRIGO XAVIER LEONARDO	1359
	Introdução.....	1359
1	Natureza jurídica e estrutura atuarial do PGBL	1360
2	PGBL e direitos sucessórios.....	1367
3	PGBL e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	1373
	Conclusões.....	1375
	Referências	1375

O CONTEÚDO GARANTIDOR – E NÃO PARALISANTE – DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO: NOTAS SOBRE O JULGAMENTO DO RE 627189/SP (TEMA Nº 479 DO STF)

	PABLO COUTINHO BARRETO	1379
	Introdução.....	1379
1	A construção internacional de um direito ao meio ambiente	1380
2	A fundamentalidade do direito ao meio ambiente.....	1382
3	A necessária antecipação ao risco humano e ecológico como salvaguarda das gerações presentes e futuras.....	1385
4	O conteúdo garantidor – e não paralisante – do princípio da precaução (Tema nº 479 do STF).....	1387
5	Considerações finais.....	1391
	Referências	1392

15 ANOS EM 15 JULGAMENTOS: GRANDES CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO DIAS TOFFOLI PARA A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL E O AVANÇO CIVILIZATÓRIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

	PAULO SÉRGIO DOMINGUES	1395
1	Introdução.....	1395

2	Julgamentos de relevância social da Relatoria do Ministro Dias Toffoli em matéria trabalhista.....	1396
3	Julgamentos relevantes do Ministro Dias Toffoli em matéria de Seguridade Social.....	1398
4	Outros julgamentos da relatoria do Ministro Dias Toffoli no STF de elevada repercussão social.....	1401
5	Conclusão.....	1404

PARÂMETROS PARA DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA REPERCUSSÃO GERAL

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON.....		1405
1	Introdução.....	1405
2	Uniformização jurisprudencial.....	1406
3	Repercussão geral.....	1409
4	Análise de repercussão geral em decisões relatadas pelo Min. Dias Toffoli	1412
5	Conclusão.....	1415
	Referências.....	1416

SERVIÇOS PRESTADOS POR APLICATIVOS: GERA OU NÃO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. HOMENAGEM AOS 15 ANOS DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTRO DIAS TOFFOLI

PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO.....		1417
1	Apresentação.....	1417
2	Histórico do debate.....	1417
3	A matéria perante o Tribunal Superior do Trabalho.....	1420
4	A matéria no campo legislativo e a reclamação constitucional	1423
5	Conclusões.....	1424
	Referências.....	1424

A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI PARA A CONCRETIZAÇÃO DA AGENDA 2030 DA ONU EM TRÊS PRECEDENTES COM REPERCUSSÃO GERAL

PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS, STEPHANIE GABRIELLE NEVES SANTOS.....		1427
	Introdução.....	1427
	Interpretação conforme a Constituição referente à contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva.....	1429
	Análise da “cota de tela”: obrigatoriedade de exibição de filmes brasileiros em salas de cinema.....	1432
	Não incidência do imposto de renda nos juros moratórios devidos em razão do atraso no pagamento remuneratório por exercício de emprego, cargo ou função	1434
	Conclusão.....	1436
	Referências.....	1437

AUTORITARISMO E EXCEÇÃO NA OPERAÇÃO LAVA JATO

PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO, ANDERSON MEDEIROS BONFIM.....		1439
---	--	-------------

	Introdução.....	1439
1	O mito da concretização do Estado de Direito e a exceção líquida permanente.....	1440
2	A exceção em Carl Schmitt e Giorgio Agamben: da incorporação ao direito ao campo de indeterminação.....	1440
3	Notas sobre o processo penal de exceção.....	1442
4	Operação Lava Jato: das generalidades às medidas de exceção líquida.....	1442
	Considerações finais.....	1444
	Referências.....	1444

TOFFOLI E A PROTEÇÃO DE DADOS

	PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, SÉRGIO RENAULT	1447
--	---	------

DIAS TOFFOLI: 15 ANOS DE ATUAÇÃO NO STF PAUTADA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

	RENATA GIL	1453
1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1453
2	A atuação do Ministro Dias Toffoli na defesa da igualdade de gênero e da participação feminina em espaços de poder.....	1454
2.1	O julgamento da ADPF nº 779: a inconstitucionalidade da tese da “legítima defesa da honra”.....	1454
2.2	Outras atuações de destaque na defesa das pautas de gênero.....	1455
3	Histórico de atuação do Ministro Dias Toffoli em casos emblemáticos.....	1458
4	Destaque à atuação do Ministro Dias Toffoli enquanto presidente da Suprema Corte.....	1461
5	Conclusões: um olhar para o futuro.....	1462
	Referências.....	1463

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL NA FEDERAÇÃO

REYNALDO SOARES DA FONSECA, RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA.....

	1465
1	Introdução.....	1465
2	Acesso à Justiça e Tribunal Multiportas.....	1466
3	A Necessidade de um Tribunal da Federação.....	1468
4	Competências jurisdicionais.....	1470
5	Obrigatoriedade das decisões no espaço e no tempo.....	1472
6	Considerações finais.....	1476
	Referências.....	1476

A AUTORREGULAÇÃO REGULADA COMO MECANISMO REGULATÓRIO PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO DIREITO EUROPEU E BRASILEIRO

RICARDO CAMPOS.....

	1479
1	Introdução.....	1479
2	A autorregulação a partir da experiência da proteção de dados pessoais.....	1482
2.1	A autorregulação no Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) europeu.....	1482
2.2	A autorregulação na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) brasileira.....	1484

3	A regulação da inteligência artificial a partir de mecanismos autorregulatórios	1485
3.1	Considerações iniciais	1485
3.2	A experiência europeia	1487
3.3	A experiência brasileira	1489
4	Considerações finais	1492
	Referências	1493

ACESSO À JUSTIÇA E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

RICARDO LEWANDOWSKI	1495	
1	Apresentação	1495
2	Acesso à justiça	1496
3	Evolução do sistema brasileiro de métodos consensuais de solução de conflitos	1498
4	Pressupostos de admissibilidade e de adequação dos meios consensuais	1501
5	Considerações finais	1506

PATENTES FARMACÊUTICAS E SUA LIMITAÇÃO TEMPORAL: A IMPORTÂNCIA DO JULGAMENTO DA ADI Nº 5.529/DF PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RICHARD PAE KIM, JOÃO PAULO DIAS RAMOS	1509	
	Introdução	1509
1	Regime jurídico das patentes farmacêuticas no Brasil	1510
2	Prazo de vigência das patentes	1513
3	Função social da propriedade intelectual e direito fundamental à saúde como elementos de limitação ao direito às patentes farmacêuticas	1517
4	A importância do julgamento da ADI nº 5.529/DF pelo Supremo Tribunal Federal	1520
5	Considerações finais	1524
	Referências	1525

CONTRIBUTOS DO MINISTRO DIAS TOFFOLI À DOGMÁTICA DA COLABORAÇÃO PREMIADA

RODRIGO CAPEZ	1527	
	Introdução	1527
1	<i>Leading case: Habeas Corpus</i> nº 127.483/PR	1528
1.2	Direito subjetivo do colaborador à sanção premial	1532
1.3	Acordo de colaboração e efeitos extrapenais de natureza patrimonial da condenação	1533
1.4	Impossibilidade de o delatado impugnar o acordo de colaboração	1534
2	Inquéritos nº 3.994, 3.998 e 4.074 – declarações do colaborador e justa causa para ação penal	1537
3	Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.508 – os modelos de premialidade	1538
	Referências	1540

REFLEXÕES SOBRE A PRESIDÊNCIA DE DIAS TOFFOLI NO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL: UM LEGADO DE DIÁLOGO E FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL

RODRIGO MAIA	1543
O início de uma nova era	1543
Desafios imprevistos e respostas inovadoras	1544
A resposta do Legislativo	1544
A atuação do Supremo Tribunal Federal	1545
O diálogo entre os Poderes como pilar da democracia	1545
A modernização do judiciário	1546
A defesa das instituições democráticas	1546
O legado de uma gestão transformadora	1546
Conclusão	1547

HOMENAGEM AOS 15 ANOS DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DO
MINISTRO DIAS TOFFOLI

RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO	1549
Introdução	1549
1 O HC nº 127.900: plenitude do direito de defesa com resguardo da segurança jurídica	1550
2 A ADPF nº 779: inconstitucionalidade da tese da “legítima defesa da honra”, prevalência da dignidade da pessoa humana e da igualdade de gênero	1554
Conclusão	1559
Referências	1560

O QUARTO PODER: ORIGINALIDADE E PECULIARIDADE DA
CONSTITUIÇÃO DE 1824 – UM CONTRIBUTO AO VOTO DO MINISTRO
DIAS TOFFOLI NA ADI Nº 6457

RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA, ROBERTA MARIA RANGEL	1563
1 Introdução	1563
2 Constitucionalismo no século XIX	1564
3 A Constituição Imperial de 1824 e o Poder Moderador	1570
4 Conclusão	1574
Referências	1575

O SIGILO DAS COMUNICAÇÕES ENTRE O ADVOGADO E SEU CLIENTE:
PONDERAÇÕES JURÍDICAS À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DAS
INTERFACES ELETRÔNICAS DE VIOLAÇÃO

SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL, IGOR SANT'ANNA TAMASAUSKAS	1579
1 Introdução	1579
2 O sigilo da comunicação entre advogado e cliente	1580
2.1 Considerações conceituais e perspectivas teóricas do sigilo profissional	1580
2.2 Remissões históricas do direito-dever de sigilo profissional	1583
2.3 Extensão e limites do sigilo: o que e quem é resguardado	1586
3 Proteção da comunicação privada em face do Estado: a vulneração da ampla defesa em tempos de totalitarismo digital	1588

3.1	Avanços tecnológicos e intrusão virtual por instâncias estatais	1588
3.2	Sigilo das comunicações eletrônicas e exposição das informações	1589
3.3	O necessário incremento da tutela do sigilo profissional do advogado em meios eletrônicos.....	1590
4	Conclusão.....	1591
	Referências	1591

A VEDAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POR PESSOAS JURÍDICAS: NOVAS REFLEXÕES SOBRE O TEMA

SÉRGIO SILVEIRA BANHOS	1593
Referências	1598

TOFFOLI SOBRE KELSEN

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR	1601
Referências	1608

15 ANOS DE DEFESA DA JUSTIÇA SOCIAL SOB A ÓTICA LGBTI+

TONI REIS, AMANDA SOUTO BALIZA	1609
Referências	1612

O HOMEM E SEUS SONHOS DE JUSTIÇA E DEMOCRACIA

VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	1613
Referências	1621

DO DIREITO À MORADIA À CORTE: UM ITER DA CIDADANIA

VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO	1623
Referências	1635

“NÃO SE PROTEGEM DADOS PESSOAIS COM OBSCURANTISMO”: O NEXO ENTRE O INEXISTENTE DIREITO AO ESQUECIMENTO E A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO	1637
1 Introdução.....	1637
2 A relatoria e o voto do Ministro Toffoli.....	1638
3 O diálogo do precedente com a transparência pública	1642
4 Conclusão: contribuição central (também) para a transparência pública	1644

OS FATOS COMO FUNDAMENTOS DA ADI Nº 5.529: UM NOVO PARADIGMA NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE

WALTER GODOY DOS SANTOS JÚNIOR, EDUARDO BARRETO CEZAR	1647
Referências	1661

ELE ATRAVESSOU A PRAÇA

WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA	1663
Referências	1675

SOBRE OS AUTORES	1677
-------------------------------	------